

## CONFLITO SOCIOAMBIENTAL AMAZÔNICO: GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO *VERSUS* INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)

**José Gustavo Santos da Silva**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

E-mail: [gustasantos92@gmail.com](mailto:gustasantos92@gmail.com)

**Thaise Sutil**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

E-mail: [thaise.sutil@gmail.com](mailto:thaise.sutil@gmail.com)

**Juliana Debiasi Menegasso**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

E-mail: [julianaorleans@gmail.com](mailto:julianaorleans@gmail.com)

**Nilzo Ivo Ladwig**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

E-mail: [ladwig@unesc.net](mailto:ladwig@unesc.net)

**Teresinha Maria Gonçalves**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

E-mail: [tmg@unesc.net](mailto:tmg@unesc.net)

### Resumo

Este artigo analisa os conflitos socioambientais ocorridos na Amazônia em 2019, entre o Governo Federal e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O conflito ganhou força após o Governo Federal contestar os dados de desmatamento divulgados pelo INPE, gerando uma série de embates que foram acompanhados publicamente pela mídia nacional e internacional. A metodologia utilizada para a análise foi a de História, tempo e contexto proposta por Gonçalves, Almuma e Follmann (2019). A Amazônia apresenta-se como uma área de importância biológica, mineral e humana, presta diversos serviços ecossistêmicos em nível regional e planetário, que estão ameaçados pelo atual modelo de desenvolvimento. Com a utilização desta metodologia, pode-se compreender os diversos fatores históricos, temporais e contextuais de um conflito, assim como abrem-se possibilidades para sua solução futura e até mesmo para auxiliar na prevenção de novos embates.

**Palavras-chave:** Amazônia; Povos tradicionais; Sensoriamento remoto; Mídia; Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.

## AMAZON SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICT: BRAZILIAN FEDERAL GOVERNMENT *VERSUS* NATIONAL SPACE RESEARCH INSTITUTE (INPE)

### Abstract

This article analyzes the socio-environmental conflicts that took place at Amazon region in 2019 between Brazilian Federal Government and the National Space Research Institute (INPE). The conflict gained strength after the Federal Government challenged the deforestation data released by INPE, generating a series of clashes that were publicly followed by the national and international media. The methodology applied to examine was a method named “history, time and context” proposed by Gonçalves, Almuma and Follmann (2019). Brazilian Amazon is seen to be an area of

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

ISSN: 2176-5774

biological, mineral and human importance, providing several ecosystem services at national and international level. This methodology allows to understand the many historical, temporal and contextual factors of a conflict, as well as opening up possibilities for its future solution and even to help preventing new conflicts.

**Key words:** Brazilian Amazon; Traditional Peoples; Remote sensing; Media; Project for Monitoring the Brazilian Amazon Forest by Satellite.

## **CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL AMAZÓNICO: GOBIERNO FEDERAL BRASILEÑO *VERSUS* INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN DEL ESPACIO (INPE)**

### **Resumen**

Este artículo analiza los conflictos socioambientales que acontecieron en la Amazonía en el año de 2019, entre el gobierno federal y el Instituto Nacional de Investigación Espacial (INPE). El conflicto ganó fuerza después de que el Gobierno Federal impugnó los datos de deforestación publicados por el INPE, generando una serie de enfrentamientos que fueron seguidos públicamente por los medios nacionales e internacionales. La metodología utilizada para el análisis fue la de historia, tiempo y contexto, propuesta por Gonçalves, Follmann y Almuna (2019). La Amazonía se presenta como un área de importancia biológica, mineral y humana, presta diversos servicios ecosistémicos a nivel nacional e internacional. Con el uso de esta metodología se puede comprender los diversos factores históricos, temporales y contextuales de un conflicto y permite abrir posibilidades para su solución futura y hasta posiblemente auxiliar en la prevención de nuevos enfrentamientos.

**Palabras-clave:** Amazonía; Pueblos tradicionales; Teledetección; Medios de comunicación; Proyecto de Monitoreo de la floresta Brasileña de la Amazonia por Satélite.

### **Introdução**

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do Planeta. No Brasil, ela ocupa uma área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> (SHIMABUKURO et al., 2007; DINIZ et al., 2015). O território da Floresta engloba nove estados brasileiros e, dentro dos limites territoriais do país, é definida como Amazônia Legal. Para além das fronteiras brasileiras, ela ainda perpassa oito países: Peru, segundo país com maior predominância; Colômbia; Venezuela; Equador; Bolívia; Guiana; Suriname e Guiana Francesa (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005; MARTHA JÚNIOR; CONTIN; NAVARRO, 2011).

A Região Amazônica apresenta vasta biodiversidade, sendo um dos ecossistemas mais complexos da Terra, com amplo valor por sua riqueza natural e cultural, fornecendo, assim, uma variedade de serviços ecossistêmicos em níveis mundiais (PNUMA; OTCA, 2008; BOUBLI, HRBEK, 2012). A Amazônia, tanto legal quanto internacional, vê-se diante de “um processo de degradação ambiental que se evidencia no aumento do

desmatamento, na perda da biodiversidade, na contaminação das águas, na fragilização dos valores e modos de vida dos povos indígenas” (PNUMA; OTCA, 2008, p. 12).

Por sua biodiversidade e presença de recursos minerais, o território amazônico apresenta-se como alvo de exploração. “O modelo econômico posto em ação na região tem ignorado e menosprezado a diversidade dos inúmeros ecossistemas amazônicos” (LOUREIRO, 2002, p. 112).

Por sua elevada extensão territorial e baixo contingente de servidores, o monitoramento da Amazônia Legal vem sendo realizado de maneira remota. Com o avanço da ciência espacial, foi possível lançar satélites em órbita que pudessem captar imagens da superfície terrestre. A ciência do sensoriamento remoto surgiu como uma ferramenta para o monitoramento de áreas extensas, como a Região Amazônica, tendo como base os sensores do sistema Landsat, que deram início às operações bem-sucedidas de observação da Terra (JENSEN, 2009; SHIMABUKURO; PONZONI, 2017).

Desde 1972, concomitante ao começo de operação do sistema Landsat, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) já acreditava que a melhor maneira de monitorar a região seria por meio de imagens orbitais (INPE, 1989).

O INPE é uma autarquia do Governo Federal, sendo responsável, desde a redemocratização do país, pela criação e manutenção dos sistemas de monitoramento do desmatamento na região. Os sistemas de monitoramento e suas respectivas metodologias são importantes para o planejamento de ações que possam vir a mitigar os avanços da supressão da vegetação natural e ganharam, ao longo dos anos, respaldo internacional, enfatizando, assim, a sua eficácia. O INPE divulga, desde 2002, em seu site oficial, os dados de monitoramento, que podem ser acessados de forma gratuita (MEQUISTA JÚNIOR et al., 2007).

Até então não havia ocorrido um questionamento público ou censura desses dados pelos diferentes atores que estiveram no Governo Federal. Entretanto, recentemente, o INPE divulgou os dados relacionados ao desmatamento e esses indicaram um aumento significativo de um ano para outro (2018/2019). Os dados foram questionados pelo Governo Federal, gerando um movimento de incredulidade em relação à metodologia e veracidade deles (GALVÃO, 2019).

Em razão do atrito instaurado, o objetivo desta pesquisa é analisar o conflito socioambiental que ocorreu no Brasil no segundo semestre do ano de 2019 envolvendo o Governo brasileiro e o INPE, utilizando a metodologia história, tempo e contexto.

### **Metodologia**

Para compreender nuances e analisar o conflito, utilizou-se a metodologia “história, tempo e contexto” criada, em 2015, no Departamento de Geografia da Universidad de Chile-UCHILE por Gonçalves e Almuna. Qual seja história, tempo e contexto, em que é apresentada a “possibilidade de compreensão dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva de sua complexidade, apontando para a multiplicidade de relações envolvidas” (DIAS et al., 2018, p. 472).

Em 2016, Follmann contribuiu para o seu aprimoramento e, em 2019, foi publicada como capítulo de livro (GONÇALVES; ALMUNA; FOLLMANN, 2019) em em que a metodologia foi empregada para analisar determinados conflitos socioambientais do Brasil e do Chile.

Com a utilização dessa metodologia, pode-se compreender os diversos fatores históricos, temporais e contextuais de um conflito, assim como abrir possibilidades para sua solução futura e até mesmo auxiliar na prevenção de novos embates.

As etapas sequenciais do método empregado foram:

- Estabelecimento de um recorte histórico (1960-2019) na emergência e explicitamento de conflitos socioambientais na Região Amazônica brasileira;
- Determinação de um tempo em que o território amazônico é explorado com sérios agravos socioambientais, cuja lógica foi a sua mercantilização, operada por diversos processos e atores sociais;
- Identificação do contexto atual onde os conflitos emergiram.

A historicidade busca auxiliar na construção do caminho para compreender como se chegou à situação conflitante e, assim, elencar os primeiros atores sociais envolvidos. A temporalidade envolve a conjuntura presente tanto nacional como internacional, em relação à Amazônia, e é nesse entendimento do contexto atual do conflito que se elencam os agentes de poder e como emergiram. Por último, mas não menos importante, a contextualidade colabora para compreender o papel de cada ator social envolvido e

localizá-lo no tempo e espaço dentro desse conflito (GONÇALVES; ALMUMA; FOLLMANN, 2019).

## **A historicidade**

### **O Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais (INPE)**

Em meados dos anos 1960, motivados pelo auge da Guerra Fria, a disputa espacial entre Estados Unidos e União Soviética ganhou holofotes em todo o mundo. Os soviéticos saíram na frente dos estadunidenses na “corrida espacial” durante a Guerra Fria. Assim, as atenções para questões espaciais ganharam a devida atenção, impulsionadas pela chegada do homem à lua em 1969 (INPE, 2017).

Explorar o espaço também tomou a agenda de outros países, como foi o caso do Brasil. Dessa forma, no início da década de 1960, membros da Sociedade Interplanetária Brasileira entregaram uma carta ao Presidente da República, Jânio Quadros, na qual expressavam que o “Brasil não poderia se omitir no campo das atividades espaciais” (CÂMARA, 2011, p. 237).

Assim, com o Decreto nº 51.133 (BRASIL, 1961), o grupo Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE) foi criado e, em 1963, se transformou na Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Em 1971, a CNAE foi extinta e criou-se o INPE, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual se tornou um espaço de qualificação profissional, (INPE, 2007; CÂMARA, 2011; INPE, 2017).

O contexto de criação e desenvolvimento do INPE ocorreu em três momentos distintos da história do Brasil. A criação, no fim de uma república presidencialista, com o Decreto assinado por Jânio Quadros em agosto de 1961, marca o primeiro momento. Já o segundo momento acontece em abril de 1964, quando o contexto político do Brasil passou de uma república presidencialista para um regime autoritário, instaurado por meio de um golpe de estado, pelos militares, com apoio de parte da sociedade civil (PAIXÃO, 2011).

Ainda no que se refere ao segundo momento, destaca-se que, durante o período de ditadura militar (1964-1985), o Brasil recebeu apoio dos Estados Unidos, estimulando o setor espacial brasileiro a criar cooperação com universidades e institutos de pesquisas estadunidenses para o desenvolvimento da ciência espacial no país, fazendo um intercâmbio de pesquisadores em busca de qualificação (CÂMARA, 2011).

Em 1985, inicia-se o terceiro momento, com a redemocratização do país. Segundo Câmara (2011), esse período foi importante para o INPE, com a sua integração ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passando, assim, a ter espaço para projetos próprios. Como exemplo, cita-se o acordo entre Brasil e China, em 1988, no qual teria origem o Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (China-Brazil Earth Resources Satellite – CBERS).

De 1990 até 2004, nota-se uma queda acentuada nos investimentos em ciência e tecnologia, que fica mais visível a partir do governo Collor (INPE, 2011). O governo Collor passou por uma crise fiscal e política e não apresentou incentivos a ciência. O governo de Fernando Henrique, por sua vez, optou por políticas neoliberais de privatização de diversas estatais do Brasil, pouco investindo em ciência (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019). Somente após os anos 2000, com a troca de governo, é que se permitiram maiores investimentos em educação, ciência e tecnologia estatais, alavancando o orçamento do INPE e, conseqüentemente, sua qualidade (CÂMARA, 2011).

O INPE atua em algumas áreas da ciência terrestre, como as Ciências Espaciais e Atmosféricas, Engenharia Espacial, Observação da Terra, Previsão de Tempo e Clima, Ciência do Sistema Terrestre, entre outras frentes, além de ofertar cursos de pós-graduação nessas áreas do conhecimento.

Um dos ramos de atuação do INPE, como mencionado, é o de observação da Terra (sensoriamento remoto), a qual possibilita o monitoramento do desmatamento da Floresta Amazônica. Santos et al. (2015, p. 513) afirma que “compreender a dinâmica de desflorestamento e regeneração natural em florestas tropicais é vital para a conservação e manejo desses ecossistemas”.

Desde a década de 1970, o INPE vem monitorando o desmatamento na região da floresta amazônica, com o surgimento e evolução de imagens de satélite que possibilitaram a detecção das clareiras de desmatamento. Em 1988, o INPE recebeu do Governo a missão de “desenvolver e operar um sistema de monitoramento para calcular anualmente a taxa de desmatamento para toda Amazônia Legal por meio de imagens de satélite” (INPE, 2013, p. 3).

Atualmente, o INPE conta com dois programas para o monitoramento da Amazônia, os quais são complementares. Em 1988, foi iniciado o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), com objetivo de medir as taxas anuais de

corte raso da Floresta Amazônica. Esse programa usa de imagens do sistema Landsat, com resolução espacial de 20 ou 30 metros, possibilitando a identificação de desflorestamentos iguais ou superiores a 6,25 hectares, tendo as imagens resolução temporal de 16 dias (INPE, 2008; INPE, 2013).

O INPE também conta com o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), lançado em 2004, o qual tem como objetivo “um sistema de alerta precoce para apoiar a vigilância e o controle do desmatamento, mapeando as ocorrências de áreas de desmatamento e degradação florestal acima de 25 hectares” (DINIZ et al., 2015, p. 3619). O sistema DETER tem revisita quase que diária às áreas monitoradas, possibilitando que o INPE emita alertas às autoridades competentes em fazer a prevenção e repressão ao desmatamento na região.

A partir de 2002, o INPE passou a divulgar em seu site as taxas de desmatamento anual e, também, as imagens de satélite utilizadas para o mapeamento (ASSIS, 2019). O INPE é o órgão responsável pelo monitoramento e mensuração do desmatamento, mas não é responsável por ações para mitigação. Essas ações ficam a cargo dos poderes executivos federal, estaduais e municipais, além de órgãos específicos como o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (INPE, 1989; FARIAS, 2002).

### **A governança**

O Brasil, no ano de 2016, enfrentou seu segundo processo de impeachment. Os movimentos conservadores de parte da sociedade e políticos de centro-direita uniram-se para o impedimento do mandato da então presidente Dilma Rousseff.

O Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo até 31 de agosto de 2016, quando o processo de impedimento foi votado, assumindo, então, o vice-presidente eleito Michel Temer (PMDB) (BRAZ, 2017; MENDES, 2018).

Após o impeachment, as elites brasileiras tornaram-se vozes ativas, com discursos anticorrupção e pregando um sistema econômico ainda mais liberal que o posto no momento. Miguel (2016) analisa que, a partir do ano de 2010, já houve, no Brasil, um avanço das vozes abertamente conservadoras no debate público em todas as áreas, inclusive nas questões ambientais. Essas vozes conservadoras, reacionárias e negacionistas, difamam o conhecimento científico, negando a existência do aquecimento global, do

desmatamento e, em alguns casos, contrariam até teorias consolidadas como a de Pitágoras (século VI a.C.), afirmando que a Terra é plana (HAWKING, 1988).

O atual governo brasileiro (2019-2022), analisando em função do que foi apresentado por Miguel (2016) caracteriza-se como de extrema direita, unindo políticos da velha guarda e diversos militares saudosos da ditadura. Miguel (2018) analisa que a extrema direita brasileira parte de três eixos principais: libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo.

O libertarianismo, descendente da escola austríaca, prega os valores do liberalismo econômico, liberdade econômica, livre mercado e privatizações em massa. O fundamentalismo religioso, que a partir dos anos 1990 promove igrejas neopentecostais aos palanques políticos, tomando espaços dentro do cenário político nacional, pregam suas ideias fundamentadas no evangelho, misturando, dentro de um país dito laico, religião e política, uma combinação que, dentro do campo progressista, anula possibilidades de debate sobre alguns temas (MACHADO, 2015).

O anticomunismo angariado pelo “patriotismo”, pela adoração às forças armadas e aos símbolos nacionais retoma o palanque como um discurso saudoso de 1964, recriando a inferência de uma revolução socialista no Brasil (MESSENERG, 2017).

O discurso anticomunismo ressurgiu motivado por duas frentes: a conjuntura política na América do Norte com a eleição de Donald Trump, representando o campo da extrema direita estadunidense; e as conjunturas políticas em território Europeu. Neste ponto, observa-se, segundo Löwy (2015), a ascensão de governos com essas características na França, com a promoção da Frente Nacional, no Reino Unido, com a eleição de Boris Johnson (líder do partido conservador), entre outros.

## **A temporalidade**

A mercantilização do território amazônico é constituída por diversos processos e atores que perpassam pelas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, expressa em nível global. Nesse sentido, é necessário olhar para a história e desvelar as contradições sustentadas na lógica desenvolvimentista (CRUZ; MARINHO; FERREIRA, 2018).

## **Falácia desenvolvimentista**



A exploração da natureza para atender aos interesses do capital tomou forma com o Colonialismo e ganhou força com o Imperialismo e a Revolução Industrial. A lógica da expansão do capital está intimamente ligada às áreas ricas em recursos naturais e, embora essa seja uma realidade desde o período da colonização, foi a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que os mecanismos de exploração desses recursos ganharam maior intensidade (FIALHO, SÁ; SILVA, 2019).

Assim, a natureza é vista como um recurso a ser explorado e, conseqüentemente, transformado em objetivo de consumo (GONÇALVES; ALMUMA; FOLLMANN, 2019). Em busca desse objetivo, o modelo de desenvolvimento promove grande pressão sobre os recursos naturais, especialmente nos países do Sul (DIAS et al., 2018).

Em busca dessa perspectiva de “desenvolvimento”, os países com políticas liberais e exploradas, ou seja, as referências (causadores, em grande parte, do “subdesenvolvimento”), renunciaram a diversas operações de intervenção e interferência nos assuntos internos dos países periféricos ou “subdesenvolvidos”. Deixando os países que estão ao sul sempre à mercê dos seus interesses mais cruéis.

Escobar (2007) ressalta que a noção de desenvolvimento foi pautada no eurocentrismo e na tecnocracia, que foi historicamente marcada pela construção das sociedades industriais ocidentais e que não pode ser reproduzida nos países latino-americanos sem uma reformulação.

A visão estadunidense sobre a importância econômica da América do Sul foi influenciada pelo potencial da bacia Amazônica. Há muito tempo ela é considerada uma das regiões mais ricas do mundo, com vastos e inexplorados recursos minerais, florestais e agrícolas e com acesso a transporte marítimo (COHEN, 2003).

A Região Amazônica brasileira é historicamente caracterizada pelos conflitos decorrentes da luta pela terra envolvendo indígenas, quilombolas, posseiros, seringueiros e outros sujeitos. Essas lutas se precipitaram durante a Ditadura, período em que ocorreram inúmeras atrocidades em todo o Norte do Brasil (CAVALCANTI, 2019).

Iniciativas legislativas e políticas governamentais, nos últimos anos, vêm colocando a Amazônia e seus povos sob pressão para atender aos interesses econômicos da indústria de mineração e da agricultura. Nesse sentido, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, sugeriu que a Região Amazônica fosse aberta à exploração mineral (MEEUS, 2019).

## **Pós-verdade**

Em 2016, a Universidade de Oxford elegeu a pós-verdade como a expressão do ano, termo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais (EL-JAICK, 2019).

A partir das eleições brasileiras de 2014 (Dilma Rousseff 2014 - 2016), os meios de comunicação começaram a noticiar quebras no relacionamento entre amigos nas redes sociais, em razão de discussões políticas. Nem o ambiente familiar escapava dessas tensões e denúncias de crimes de ódio na internet já começavam a ser sentidas, chegando a aumentar em três vezes às vésperas das eleições (GOMES, 2018).

Poucos temas dominaram tanto o noticiário mundial, em agosto de 2019, quanto as questões das queimadas na Amazônia. O Governo sustentou uma série de versões controversas em relação ao episódio. Em seu discurso, afirmou que os cientistas do INPE falsificaram e exageraram na divulgação dos incêndios que se alastravam. Antes disso, o Presidente já havia criticado o INPE pela inconveniente divulgação de dados sobre o desmatamento no Brasil (BBC, 2019; BERTONI, 2019; BORGES, 2019; G1, 2019a; PRAZERES, 2019; REUTERS, 2019; VALLE; FERRAZ, 2019; VEJA, 2019).

Nesse sentido, o Governo brasileiro tem expressado o desejo de abrir as portas ao mercado interno e externo, para que se possam explorar áreas de floresta, de preservação e de territórios indígenas, com presunção de desenvolvimento para o país e para essas regiões. A mineração é a principal atividade reivindicada na Região Amazônica, seguida pela extração madeireira e pela produção agrícola e pecuária.

## **Contexto**

O contexto é impulsionador e o revelador do conflito. Entretanto, o também é uma forma de socialização, à medida que diferentes atores sociais entram em ação por meio de uma linguagem e de um agir comunicativo na visão de Habermas (1981). O conflito faz parte da natureza humana e se expressa tanto nas relações interpessoais como nas relações sociais. Conflito não é o oposto de apaziguamento, mas sim a colocação de diferentes pautas e pontos de vistas de vários atores sociais sobre uma determinada questão frente a um problema.

Para Simmel (2010), o conflito emerge como uma das mais intensas formas de socialização. “O que diferencia os conflitos são o tempo histórico, as causas e os contextos em que ele ocorre” (GONÇALVES; ALMUMA; FOLLMANN, 2019, p.155).

Em um contexto hostil e uma realidade ambiental preocupante, emerge o aumento do desmatamento da Amazônia. O contexto socioeconômico brasileiro que se apresenta pressiona a produção e exportação de commodity pelo interesse do capital nacional e internacional em explorar o território amazônico com incentivo do Governo Federal. Como consequência, houve o enfraquecimento das leis de proteção ambiental, abertura de terras indígenas para mineração, ameaça de o Brasil sair do acordo de Paris e o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, passando a compartilhar pautas com o Ministério da Agricultura.

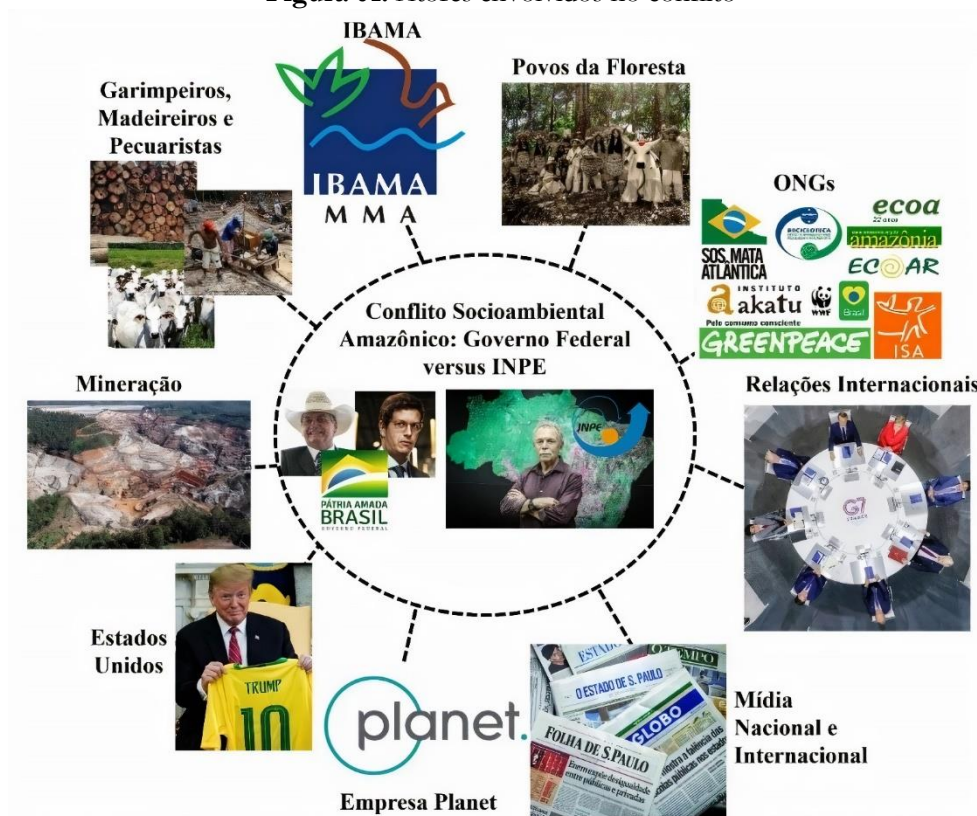
A crise ambiental, não apenas no Brasil, mas, também, no mundo, está relacionada à crise da civilização ocidental que produz uma racionalidade econômica, caminhando no sentido oposto ao da racionalidade ambiental (LEFF, 2006). A Amazônia vem sendo assunto mundial, expressando a preocupação de governos e entidades. Porém, no atual contexto político nacional, as forças governamentais tendem a satisfazer as ambições do capital, “loteando” a Amazônia pelos mais distintos interesses. Segundo o autor, o capital “coisifica” a natureza e coloca nela um valor. Como a Amazônia é um território rico em biodiversidade e minérios, desperta, no mundo econômico e na sociedade, uma ânsia pela sua exploração.

### **Atores sociais envolvidos**

O conceito de ator social empregado no texto tem como base o autor Jürgen Habermas (1981), que considera a possibilidade de coesão social pelos processos comunicativos de cada sujeito. O ator social, então, será o sujeito que expressa suas ideias e interesses por meio de um ato comunicativo entre seus pares. No caso deste artigo, entre os envolvidos no conflito socioambiental da Amazônia.

A seguir, são elencados os atores sociais envolvidos e a atuação em meio a este conflito, de acordo com Figura 1 e o Quadro 1.

Figura 01. Atores envolvidos no conflito



Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir de imagens do Google Imagens (2019).

Quadro 01. Atores identificados e suas atuações.

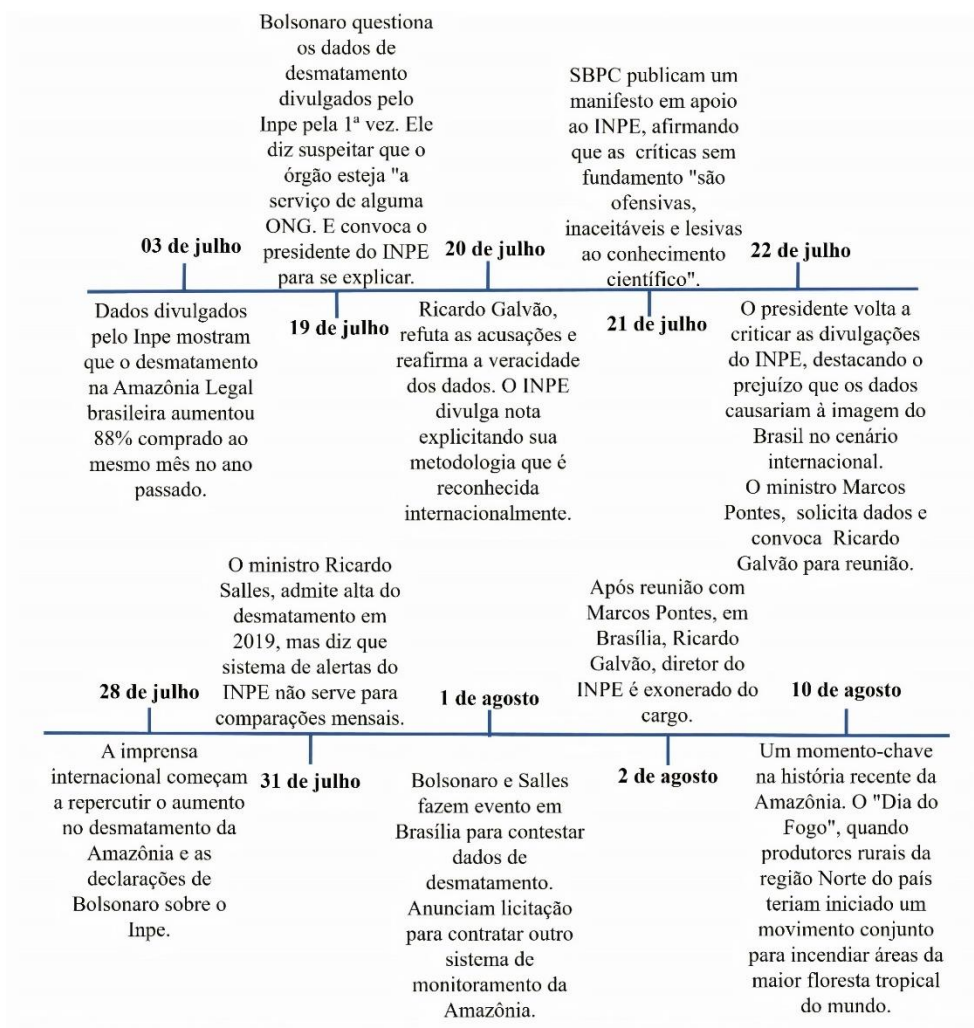
Atores Sociais	Atuação
<b>INPE</b>	O Instituto é o responsável direto por desenvolver um sistema de monitoramento, aplicar a sua usabilidade à Região Amazônica e divulgar os dados para que órgãos responsáveis em fiscalizar e mitigar os crimes ambientais possa agir e tomar decisões (DINIZ et al., 2015).
<b>Governo Federal, Presidente da República e Ministro do Meio Ambiente</b>	O Governo Federal, representado pelo Presidente da República e pelo Ministro do Meio Ambiente, iniciaram um processo de acirramento no discurso referente ao desmatamento na Floresta Amazônica, uma vez que levantaram dúvidas a respeito da credibilidade dos dados divulgados. Além disso, atacou diretamente o ex-diretor do INPE, Prof. Dr. Ricardo Galvão (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).
<b>Diretor Exonerado do INPE</b>	Prof. Dr. Ricardo Galvão foi exonerado do INPE ao contrapor o Presidente e defender os dados divulgados pelo Instituto. Foi acusado pelo Presidente de estar a serviço de ONGs internacionais. Galvão é professor da Universidade de São Paulo e estava à frente do INPE desde 2016 (DW,

	2019).
<b>IBAMA</b>	O IBAMA é o responsável direto pela fiscalização e combate ao desmatamento na Região Amazônica. O Instituto vem sendo enfraquecido desde o começo do governo de Jair Bolsonaro, com cortes substanciais no orçamento (ESTADO DE MINAS, 2019).
<b>Garimpeiros, pecuaristas e madeireiros</b>	Responsáveis pela exploração da floresta e pelo aumento das taxas de desmatamento e queimadas.
<b>Populações tradicionais</b>	São as verdadeiras guardiãs da floresta. A sua presença é fundamental na conservação da biodiversidade.
<b>ONGs</b>	As organizações ambientalistas atuam na região auxiliando na conservação e sustentabilidade da floresta. Entram neste conflito quando o Presidente acusa o Diretor do INPE de estar a serviço de ONGs internacionais.
<b>Mineração</b>	A Região Amazônica é requisitada pela mineração. O embate do Governo é com as terras indígenas. Deseja aprovar um projeto de lei 191/20 que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas retirando direitos assegurados na Constituição de 1988 (AGÊNCIA CAMARA, 2020).
<b>Planet</b>	Durante as discussões entre o Governo e o INPE, os dados foram questionados. Assim, o Ministro do Meio Ambiente anunciou em um evento o desejo de contratar a empresa privada internacional para fazer o monitoramento da Região. Apesar de ser ilegal favorecer uma determinada empresa em licitações, a comunidade científica acredita que a provável contratada seria a estadunidense <i>Planet</i> (G1, 2019b).
<b>Estados Unidos</b>	Os Estados Unidos são uma potência capitalista mundial e usam de sua influência dentro do poder executivo brasileiro para persuadir e ganhar espaço dentro do território amazônico.
<b>Relações Internacionais</b>	Em 2019, durante o encontro do G20, alguns líderes mundiais repudiaram as políticas do Governo Brasileiro em combate ao desmatamento, como a alemã Angela Merkel, e o francês Emmanuel Macron. Durante reunião do G7, o grupo ofereceu ajuda financeira ao o Brasil para o combate das queimadas. Em razão dos últimos acontecimentos na região, várias empresas transnacionais deixaram de fazer negócios com o Brasil (BBC, 2019).
<b>Mídia</b>	É inegável o papel que a mídia tem na atualidade, seja para o lado positivo ou negativo, nas suas mais variadas formas. No conflito estudado, a mídia inspirou discussões, ajudou a forjar e construir opiniões informou e, também, desinformou. Vale ressaltar que a mídia não é detentora de imparcialidade.

**Fonte:** elaborado pelos autores (2019).

Os desdobramentos do conflito entre o Governo Federal e o INPE geraram uma série de embates acompanhados publicamente pela mídia nacional e internacional. Isso comprova que, num Estado Democrático de Direito, a mídia tem papel fundamental de divulgar as informações. Analisando as publicações midiáticas, foi possível organizar uma cronologia dos acontecimentos desse conflito, conforme a Figura 2.

**Figura 02.** Cronologia do conflito



**Fonte:** elaborado pelos autores (2019) com base na reportagem do site G1 (cronologia, 2019a).

O avanço do desmatamento na Amazônia e a explicitação pública desse fato gerou um conflito socioambiental, que envolve atores sociais, cada um com uma atuação específica no contexto do conflito. O Governo Federal, na figura do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro Ricardo Salles, contestou, sem argumentação técnica, uma das instituições mais reconhecidas da América Latina, o INPE.

A Revista Science, em publicação de janeiro de 2019, já demonstrava preocupação por parte da sociedade científica brasileira e internacional com a mudança de governo e os primeiros atos da presidência e ministros, contrariando uma lógica de anos nos quais o Brasil era pioneiro nas questões ambientais e climáticas na Organização das Nações Unidas (ONU) (ESCOBAR, 2019).

O Presidente da República e o ministro não são os únicos responsáveis pelo ocorrido. O modelo de desenvolvimento em vigor, com todos os seus exploradores (empresários, pecuaristas, agricultores, garimpeiros, mineradores, banqueiros, entre outros), vem contribuindo para a redução da Floresta Amazônica. Nesse sentido, a ciência parece perder a importância que vinha ganhando ao longo dos séculos e, até mesmo as ciências mais cartesianas vêm sendo alvo da “pós-verdade”. Como consequência de todo esse processo, a exoneração de um pesquisador renomado demonstra uma ação política que prioriza os interesses de grupos econômicos em detrimento do meio ambiente.

As populações tradicionais amazônicas e o seu território foram os mais afetados pelo conflito e seus desdobramentos, uma vez que viram suas terras varridas pelo fogo e seu modo de vida questionado. Além disso, muitos têm visto todos os dias o seu lugar sendo devastado. Analisando todo esse contexto, é possível perceber que o conflito é produto do discurso desenvolvimentista orientado apenas pela lógica econômica que, em momento algum, se preocupa com a natureza ou a sociedade.

### **Considerações finais**

A complexidade da Região Amazônica se dá pela mega diversidade de seu meio natural, de suas riquezas minerais e culturais. Com um dos maiores contingentes de povos originários do território brasileiro e múltiplos interesses de atores sociais nacionais e internacionais, o território se converte em um campo de disputa.

O interesse dos autores pela reflexão e análise do recente conflito estabelecido entre o Governo Federal e uma de suas autarquias (INPE) suscitou o interesse em refletir sobre o que é esse conflito. Primeiramente, sentiu-se a necessidade de se compreender o conceito de conflito. Conflito não é o oposto de apaziguamento, mas sim a colocação de diferentes pautas e pontos de vistas de vários atores sociais sobre uma determinada questão frente a um problema.

Para entendermos melhor o que se passa na Amazônia, evidenciamos o papel do Consenso de Washington (1989), que visava a ampliação do plano liberal de desenvolvimento para toda a América Latina. Entre as recomendações em primeira pauta estava a privatização das estatais e reformas ditas estruturais como as que tivemos em 2019, como a reforma da Previdência e a reforma trabalhista já no governo Michel Temer (MDB).

O sistema de sensoriamento remoto por meio do Landsat veio se constituir numa ferramenta eficaz para o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia, demonstrando, a partir de números e análises científicas, a destruição de grande parte dessa região.

A metodologia utilizada foi fundamental para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, que foi o de compreender o surgimento, o desenvolvimento e a dinâmica dos conflitos socioambientais entre o Governo Brasileiro e o INPE. Utilizar-se da historicidade, da temporalidade e do contexto permitiu a compressão em um nível substancial dos conflitos e, com isso, tornou-se possível visualizar as múltiplas ligações entre os mais diferentes atores envolvidos.

Não se tem, aqui, a intenção de fazer nenhuma amostragem dos dados divulgados pelo INPE, mas procurou-se, dentro da análise, demonstrar a importância da Amazônia e do monitoramento para assegurar a preservação e conservação dos recursos naturais, atendendo aos objetivos da sustentabilidade socioambiental, por meio de tecnologias como o Landsat, sem censura por parte do Governo.

A Amazônia representa significativa importância biológica, mineral e humana, devido ao seu caráter de prestação de serviços ecossistêmicos de amplitude nacional e internacional. Defendê-la e conservá-la é dever não apenas dos governantes, mas de toda a população mundial.

## **Referências**

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto do governo viabiliza exploração de minérios em terras indígenas** Fonte: Agência Câmara de Notícias. 06 de Fev 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas>. Acesso em: 09 set. 2020.

ASSIS, Luiz Fernando Ferreira Gomes; FERREIRA, Karine Reis; VINHAS, Lúbia; MAURANO Luis; ALMEIDA Cláudio Aparecido de; NASCIMENTO, Jether Rodrigues; CARVALHO, André Fernando de; CAMARGO Claudinei; MACIEL, Adeline Marinho. Terra Brasilis: a spatial data *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

ISSN: 2176-5774



## ***Dossiê Temático***

*“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*

infrastructure for disseminating deforestation data from Brazil. *In: XIX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, 19., **Anais [...]**. Santos, SP, 2019.

BBC. **‘Macron tem que retirar os insultos’: 10 momentos chave da crise por fogo na Amazônia.** BBC News Brasil, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49483220>. Acesso em: 9 mar. 2020.

BBC. **G20: governo francês 'descobriu pela imprensa' que Macron teria reunião bilateral com Bolsonaro.** 28 jun 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48797525>. Acesso em: 09 set. 2020.

BERTONI, Estêvão. **O desmatamento da Amazônia e o Papel do INPE para Barrá-lo.** Nexo, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/23/O-desmatamento-da-Amaz%C3%B4nia.-E-o-papel-do-Inpe-para-barr%C3%A1-lo>. Acesso em: 9 mar. 2020.

BORGES, André. **Ibama publica edital para comprar novo sistema de monitoramento da Amazônia.** Estadão, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ibama-publica-edital-para-comprar-novo-sistema-de-monitoramento-da-amazonia,70002977200>.

BOUBLI, Jean Philippe; HRBEK, Tomas. Introdução à biodiversidade amazônica. *In: MARCON, J. L. et al. (orgs.). Biodiversidade amazônica: caracterização, ecologia e conservação.* Amazonas: Edua, 2012. p. 11-19.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961. Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1-3, 3 ago. 1961, p. 7.049. Brasília, DF: Coleção de Leis do Brasil, 1961.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 128, p. 85-103, abr. 2017.

CÂMARA, Gilberto. A pesquisa espacial no Brasil: 50 anos de Inpe (1961-2011). **Revista Usp**, São Paulo, SIBiUSP, n. 89, p. 234-243, 1 maio 2011.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. O futuro do passado no tempo presente: memórias e narrativas amazônicas nas encruzilhadas do tempo. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 1, n. 12, p. 24-43, jan. 2019.

COHEN, B. S. **Geopolitics of the world system.** New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; MARINHO, Argolo, Taynáh de Nazaré; FERREIRA, Ana Caroline dos Santos. Mercantilização na Amazônia e conflitos pelo território em Belém e Barcarena no estado do Pará: à luz de grandes projetos. *In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Periódico UFES, 2018. p. 1-16.

DIAS, Adriano de Oliveira; LUZ, Gustavo da Silveira; ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de; GONÇALVES, Teresinha Maria. Mariana, o maior desastre ambiental do Brasil: uma análise de

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

ISSN: 2176-5774

conflito socioambiental. *In*: LADWIG, N. I.; SCHWALM, H. (orgs.). **Planejamento e gestão territorial: a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos**. Criciúma, SC: EdiUnesc, 2018.

DINIZ, Cesar Guerreiro; SOUZA, Arleson Antonio de Almeida; SANTOS, Diogo Corrêa; DIAS, Mirian Correa; LUZ, Nelton Cavalcante da; MORAES, Rafael Rafael Vidal de; MAIA, Janaina Sant'Ana; GOMES, Alessandra Rodrigues; NARVAES, Igor da Silva; VALERIANO, Dalton M.; MAURANO Luis Eduardo Pinheiro; ADAMI, Marcos. DETER-B: the new amazon near real-time deforestation detection system. **Ieee Journal of Selected Topics in Applied Earth Observations and Remote Sensing**, Piscataway, Nova Jersey, v. 8, n. 7, p. 3619-3628, jul. 2015.

DW, Deutsche Welle. **Diretor do Inpe é exonerado após embate com Bolsonaro sobre desmatamento**. 02 de Ago. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3NG9D>. Acesso em: 09 set. 2020.

EL-JAICK, Ana Paula Grillo. **Pós-Verdade, Ficção, Fake News**. Fragmentum, Santa Maria, RS, v. 1, n. 1, p. 41-57, jan. 2019.

ESCOBAR, Arturo. Post-development as a concept and social practice. *In*: ZIAI, A. (ed.). **Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives**. New York: Routledge, 2007. p. 18-31.

ESCOBAR, Herton. Bolsonaro's first moves have Brazilian scientists worried. **Science**, Washington, D.C., v. 363, n. 6425, p. 330-330, 24 jan. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ministro do Meio Ambiente corta 24% do orçamento do Ibama**. 26 de Abril 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/26/interna\\_politica,1049312/ministro-do-meio-ambiente-corta-24-do-orcamento-do-ibama.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/26/interna_politica,1049312/ministro-do-meio-ambiente-corta-24-do-orcamento-do-ibama.shtml). Acesso em: 09 set. 2020.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. Mineração e meio ambiente no Brasil. **Relatório do CGEE/PNUD**, v. 76, p. 2, 2002.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, jan. 2005.

FIALHO, Nádia; SÁ, Maria Elvira Rocha de; SILVA, Thaís Sousa. Notas sobre desenvolvimento e desigualdade na Amazônia brasileira. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 1., 2019, Vitória. **Contrarreformas ou Revolução: respostas ao capitalismo em crise**. Vitória: UFES, 2019. p. 60-74.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil**. Folha de São Paulo, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>. Acesso em: 09 set. 2020.

G1. **Cronologia: reação do governo ao uso de dados sobre desmatamento leva a exoneração de diretor do Inpe**, 2 ago. 2019a. Disponível em: <https://glo.bo/2vHBNso>. Acesso em: 9 mar. 2020. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

**G1. Ibama lança edital para contratar empresa privada para monitorar desmatamento na Amazônia.** 21 Ago 2019b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/21/ibama-lanca-edital-para-contratar-empresa-privada-para-monitorar-desmatamento-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2020.

GALVÃO, Ricardo. **Cientista demitido do INPE, revela como o governo provocou as queimadas na Amazônia.** Produção: Brasil de Fato. Realização: Mídia Ninja. Rio de Janeiro: Brasil de Fato, 2019. (22m59s). Disponível em: <http://bit.ly/3cI6MVz>. Acesso em: 9 mar. 2020.

GOMES, Geovane Ferreira. As condições estruturais da era da pós-verdade. *In*: ROIZ, D. S.; GOMES, G. F.; SANTANA, I. J. **A (pós-) verdade em uma época de mutações civilizacionais.** Vitória: Milfontes, 2018. p. 71-92.

GONÇALVES, Teresinha Maria; ALMUMA, Enrique Aliste; FOLLMANN, José Ivo. Conflitos socioambientais: história, tempo e contexto. *In*: LADWIG, N. I.; CAMPOS, J. B. (orgs.). **Planejamento e gestão territorial: o papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural.** Criciúma, SC: Unesc, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa.** Frankfurt: Suhrkamp, 1981, p. 44.

HAWKING, Setphen William. **Uma breve história do tempo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1988. 262 p.

INPE. Coordenadoria Geral de Observação da Terra Programa Amazônia. **Projeto PRODES: Metodologia para o cálculo da Taxa Anual de Desmatamento na Amazônia Legal.** São José dos Campos, SP: Inpe, 2013. 37 p.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Divisão de Geração de Imagens. Coordenação-Geral de Observação da Terra. **LANDSAT.** Disponível em: <http://bit.ly/2TEmzxv>. Acesso em: 2 mar. 2020.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **História.** 4 dez. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2vQrv9d>. Acesso em: 2 mar. 2020.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia – DETER: Aspectos Gerais, Metodológicos e Plano de Desenvolvimento.** São José dos Campos, SP: Inpe, 2008. 16 p.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Avaliação da alteração da cobertura florestal na Amazônia Legal utilizando Sensoriamento Remoto Orbital: contribuição ao programa, “Nossa Natureza”.** São José dos Campos, SP: Inpe, 1989. 52 p.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Plano Diretor do INPE 2007-2011:** São José dos Campos, SP: Inpe, 2011. 57 p.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Plano Diretor do INPE 2011-2015: planejamento estratégico do INPE.** São José dos Campos, SP: Inpe, 2007. 38 p.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

ISSN: 2176-5774

## ***Dossiê Temático***

*“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*

JENSEN, John Robert. **Sensoriamento remoto do ambiente:** uma perspectiva em recursos terrestres. 2. ed. São José dos Campos, SP: Parêntese, 2009. 598 p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza;** Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, jan. 2002.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, dez. 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 45-72, dez. 2015.

MARTHA JÚNIOR, Geraldo Bueno; CONTINI, Elisio; NAVARRO, Zander. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo.** Brasília, DF: Embrapa, 2011. 52 p.

MEEUS, Ben. Politiques environnementales au Brésil: analyse historique et récents développements sous Jair Bolsonaro. **La Pensée Écologique**, Paris, v. 4, n. 1, p. 45-61, ago. 2019.

MENDES, Gabriel Gutierrez. O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 253-278, mar./jun. 2018.

MESQUITA JÚNIOR, Humberto Navarro de; CRISLEI, Márlon da Silva, WATANABE, Neide Yoko, ESTEVES, Rafaela Lúcio. Aplicações de sensoriamento remoto para o monitoramento do desmatamento da Amazônia. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 21 a 26 abr. 2007. **Anais [...]**. Florianópolis: Inpe, 2007, p. 6835-6842.

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 621-648, dez. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGOS, E. S. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à escola sem partido (nonpartisan school) and gag laws in Brazilian congress. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-620, 14 set. 2016.

PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. **Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, Cali/Colômbia, v. 13, n. 26, p.146-169, 2011.

PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia.** Brasília, DF: Pnuma, 2008. 167 p.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 62-82, dez. 2020.*

**ISSN:** 2176-5774

## ***Dossiê Temático***

*“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*

PRAZERES, Leandro. **Após criticar Inpe, governo inicia busca por empresas para monitorar desmatamento.** Globo.com, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2Tyo5AZ>. Acesso em: 6 mar. 2020.

REUTERS. Em meio a queimadas na Amazônia, Bolsonaro enfraquece papel do Ibama. Exame, 28 ago. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/39DEidE>. Acesso em: 6 mar. 2020.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 393-420, ago. 2019.

SANTOS, Roberto Diego Bezerra dos; DELGADO, Rafael Coll; ARAUJO, Emanuel José Gomes de; SILVA, Eduardo Vinícius da. Avaliação da dinâmica da vegetação em áreas desmatadas na Floresta Amazônica. **Floresta e Ambiente**, v. 22, n. 4, p. 512-523, 2015.

SIMMEL, Georg. **El Conflicto: sociologia del antagonismo.** Madrid: Ediciones Sequitur, 2010.

SHIMABUKURO, Yosio Edemir; DUARTE, Valdete; MOREIRA, Maurício Alves; ARAI, Egídio; RUDORFF, Bernardo Friedrich Theodor; FREITAS, Ramon Moraes de. LIMA, André; ARAGÃO, Júlio Ricardo Lisboa de. **Deteção de áreas desflorestadas em tempo real (Projeto DETER) para os anos de 2005 e 2006.** São José dos Campos, SP: Inpe, 2007. 69 p.

SHIMABUKURO, Yosio Edemir; PONZONI, Flávio Jorge. **Mistura espectral: modelo linear e aplicações.** São Paulo: Oficina de Textos, 2017. 128 p.

VALLE, Sabrina; FERRAZ, Luiza. **Governo quer mineração na Amazônia sem poder de veto a indígenas.** Exame, 24 set. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2IuskqY>. Acesso em: 9 mar. 2020.

VEJA. **Dezoito marcas suspendem compra de couro do Brasil, diz indústria.** Veja, 28 ago. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2PZDF6y>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Submetido em: maio de 2020

Aceito em: setembro de 2020